
**ATA DE REUNIÃO Nº 10/2025 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID**

Aos 22 dias do mês de outubro de 2025, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann, para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em setembro/2025: Composição da Carteira de Investimentos:** Fundos em Renda Fixa: **21,99%**; Fundos em Renda Variável: **6,59%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **71,42%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 416.804.855,92**. Recursos em Conta Corrente: **R\$ 150,52**. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês: 1,04%**. Rendimento: **R\$4.297.073,50**. **Destaques:** 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 0,76% com valor acumulado em **R\$ 297.679.635,50**; 2) Variação negativa do investimento: não houveram variações negativas **Aplicações:** R\$ 13.841.584,48 de saldo movimentado. **Resgates:** R\$ 13.918.324,77 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi negativo: R\$ -75.740,29. **Distribuição dos recursos do INPREVID:** BB Gestão DTVM: 13,94%; Caixa DTVM: 14,64%; e Títulos Públicos: 71,42%. Seguindo com os assuntos, foi informado aos conselheiros que não haverá eleição pois não houve chapa inscrita, e será solicitado ao Prefeito a recondução da chapa atuante. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

ANEXO ÚNICO: COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA:

Em setembro, as preocupações com o mercado de trabalho dos Estados Unidos consolidaram o início do ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve. O mês também foi marcado por dados que sustentaram o consumo mais forte das famílias norte-americanas e pela paralisação do governo que, dependendo da duração, pode ter impactos econômicos mais visíveis no curto prazo. As discussões fiscais brasileiras continuaram no radar devido ao novo ciclo político de 2026, bem como a situação da economia que segue desaquecendo e é acompanhada por um processo desinflacionário gradual.

Nos Estados Unidos, o setor produtivo americano transmitiu mensagens contraditórias ao mercado. A indústria acumula meses de contração, com quedas nos níveis de produção e emprego, ao passo que o setor de serviços sustenta a atividade, impulsionado por uma aceleração de novos pedidos e uma maior resiliência do consumo. Além disso, as vendas no varejo mostraram crescimento, com destaque para o comércio eletrônico e restaurantes, que confirmam a resistência da demanda doméstica mesmo em ambiente de juros elevados.

Apesar da perspectiva de perda de ritmo da economia, o ajuste do Produto Interno Bruto (PIB) americano do segundo trimestre surpreendeu com a correção dos dados, que identificou um aumento expressivo dos gastos das famílias. No entanto, a inflação continua elevada, com o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) e o Índice de Preços de Despesas de Consumo Pessoal (PCE) acumulando variações acima da meta, reflexo da pressão dos preços de habitação e dos efeitos das tarifas sobre bens importados. Ainda que o governo defenda a transitoriedade do impacto tarifário, os núcleos inflacionários seguem resistentes, dificultando a convergência à meta.

O mercado de trabalho continua apresentando desgaste nos dados. O relatório Payroll apresentou um desempenho abaixo do esperado, acompanhado de revisões negativas de meses anteriores. As empresas têm substituído contratações formais por postos temporários e automação, sinalizando menor disposição para novas admissões. O presidente do Fed, Jerome Powell, transmitiu a mensagem de que o cumprimento do duplo mandato da autoridade monetária priorizará os riscos de empregabilidade, em uma perspectiva em que a atual alta dos preços não resultaria em um processo inflacionário.

Embora as pressões políticas e os sinais mistos da economia promovessem volatilidade durante o mês, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do Fed reduziu a taxa de juros de forma mais cautelosa, diante da preocupação com a inflação ainda elevada no curto prazo e dos sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho. Além disso, o destaque foi a projeção do FOMC, que sinalizou mais dois cortes até o fim deste ano.

Na esfera fiscal, setembro terminou com a ameaça de paralisação do governo americano, adicionando incerteza à situação econômica. O impasse no Congresso sobre a aprovação de um orçamento temporário poderia atrasar a divulgação de dados cruciais e comprometer a execução de políticas públicas nos próximos meses.

Na Europa, a recuperação econômica avança em ritmo lento e desigual. A inflação se aproximou novamente da meta, mas a fragilidade da indústria, impactada pela estagnação da demanda e pela incerteza geopolítica, limita sua recuperação. O setor de serviços sustenta a geração de empregos, embora em ritmo moderado. O Banco Central Europeu reforçou a necessidade de cautela, mantendo uma política monetária estável diante do risco de novas pressões nos preços de energia e alimentos.

A política fiscal, por sua vez, busca preservar investimentos em infraestrutura e defesa, mas o espaço orçamentário permanece restrito, deixando a região exposta a choques externos. Enquanto isso, a guerra ucraniana parece estar longe de uma resolução, com a OTAN derrubando drones russos em território polonês.

Na China, estímulos renovados alimentam a esperança de estabilidade, mas as dúvidas persistem. A economia mostrou avanços no setor industrial e nos serviços, impulsionados por novos pedidos e maior dinamismo do turismo, além de possíveis novos acordos comerciais que reforçam a diversificação das exportações. No entanto, o consumo interno segue frágil, refletindo um mercado de trabalho em desaceleração e pressões sobre as margens de lucro das empresas. A inflação negativa ao consumidor e o recuo nos preços ao produtor evidenciam o desafio de gerar demanda sustentável. O cenário reforça as expectativas de novos cortes de juros e medidas fiscais para sustentar a meta de crescimento.

No Brasil, o ambiente político gerou volatilidade na perspectiva de risco para os investidores. O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos de prisão, o que resultou na ampliação da Lei Magnitsky pelos Estados Unidos. Por outro lado, a relação diplomática começou a se estreitar com Donald Trump manifestando o desejo de conversar com Lula. Ao mesmo tempo, o presidente Lula está recuperando sua popularidade, após discursos sobre a soberania nacional, ampliação de programas sociais e busca por justiça tributária. Contudo, o Projeto de Lei Orçamentária para 2026 traz metas ambiciosas de resultado primário, o que levantou dúvidas sobre a capacidade do governo em conciliar gastos sociais crescentes com a rigidez do arcabouço fiscal.

No campo monetário, o Banco Central manteve a Selic em um patamar elevado, reforçando a prioridade de combate à inflação. A postura dos membros do Comitê de Política Monetária (Copom) almeja a convergência da inflação à meta, após a constatação da resiliência dos preços de serviços, da ancoragem lenta das expectativas inflacionárias e da capacidade produtiva acima do potencial, apesar de reconhecerem o processo de desaceleração da economia. O cenário também apresenta incertezas de difícil mensuração, como o percurso da política fiscal doméstica e o contexto global turbulento, marcado por tensões geopolíticas e indefinições a respeito das políticas nos Estados Unidos. Nesse sentido, a autoridade monetária preservou sua credibilidade ao afastar as chances de cortes graduais até o momento.

A atividade econômica brasileira apresentou uma moderação mais evidente no segundo trimestre. Apesar do PIB ter superado ligeiramente as expectativas, apoiado pelo

consumo das famílias e pelo segmento de serviços, os efeitos da política monetária estão mais presentes. O ritmo de desaceleração permaneceu em julho, de acordo com os dados do IBGE. A indústria acumulou retrações mensais, refletindo a queda da demanda, os cortes na produção e das compras de insumos. O comércio varejista segue pressionado, mesmo com algum alívio vindo da queda nos preços de alimentos, e os serviços exibem resiliência apenas parcial, com desaceleração nos novos negócios. No entanto, a direção da economia é acompanhada pelo processo desinflacionário do país.

Sobre o mercado de trabalho, a taxa de desemprego seguiu na mínima histórica e houve geração de empregos formais e aumento salarial, cenário que sustenta o ritmo mais lento de desaceleração da economia, especialmente no segmento de serviços. Contudo, há indícios de que o ritmo de crescimento do mercado de trabalho estaria desacelerando no acumulado de 12 meses, reflexo da dinâmica da economia. A resiliência da ocupação prolonga a perspectiva de ancoragem da inflação à meta, mantendo o Banco Central em uma posição desafiadora na tentativa de calibrar a política de juros.

Em setembro, o cenário global continuou benigno, com as bolsas em alta, os juros contidos e um enfraquecimento do dólar, variáveis motivadas pela flexibilização monetária dos Estados Unidos. O Ibovespa acompanhou a tendência externa, apesar da abertura no vértice mais curto da curva de juros, em função da postura firme do Banco Central ao citar os juros elevados por um período prolongado.